

# Literatura, feminicídio e genocídio

Tarsilla Couto de Brito (UFG)

Atilio Bergamini (UFC/ CNPq)

Os neologismos “genocídio” e “feminicídio” – criados, respectivamente, pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em 1944, e pela socióloga sul-africana Diana Russell, em 1976, – disseminaram-se para diversos horizontes discursivos, entre eles a literatura, a história e a antropologia. Porém, a teoria e a crítica literária ainda não criaram protocolos de leitura à altura do problema que significa “representar” o assassinato de pessoas consideradas descartáveis. Com este problema em mente, elaboramos a proposta de dossiê que agora se concretiza.

Talvez o incômodo que foi nosso ponto de partida, em torno das representações teóricas e literárias dos genocídios e dos feminicídios, seja também uma questão para diversas das autoras do dossiê. De fato, o conceito de representação é central para os ensaios de Carolina Montebelo Barcelos, Elizane S. S. Henriques, Jocelaine Oliveira dos Santos e Paola Karyne Azevedo Jochimsen. Em todos eles a representação do feminicídio em obras literárias de, respectivamente, Dolores Reyes, Ana dos Santos, Cristina Rivera Garza e Conceição Evaristo é pensada em sua positividade, ou seja, estas escritoras realizariam efetivamente uma representação crítica do feminicídio.

No ensaio de Barcelos, uma personagem menina, do romance *Cometerra* da escritora argentina Dolores Reyes, rastreia pessoas desaparecidas após comer a terra que elas pisaram. Aqui a literatura como narrativa a partir dos rastros (dos) desaparecidos, ou ainda, a literatura como ficção de uma narrativa impossível traria uma crítica à estrutura patriarcal. Trata-se portanto, e de modo instigante, menos de “representar” os feminicídios do que “representar” a crítica que o torna pensável.

Henriques analisa as formas “não naturalizadas” e “não romantizadas” como as violências contra mulheres são representadas em uma crônica da escritora brasileira Ana dos Santos. As mulheres caracterizadas na obra em análise aparecem como sujeitos coletivos, viabilizando a denúncia e a crítica das violências coloniais e patriarcais que marcam suas vidas. Esta seria, afirma Henriques, uma das questões trazidas pela literatura escrita por mulheres negras no Brasil.

Jocelaine Oliveira Dos Santos contrapõe à representação da mulher por uma literatura masculina a autorrepresentação das mulheres em um contexto de denúncia à colonialidade. A ideia de corpo-território seria uma das bases da autorrepresentação em autoras como a mexicana Cristina Rivera Garza. No corpo-território se realizariam “encruzilhadas simbólicas” em que o corpo supliciado de mulheres se constitui como uma imagem-conceito. O romance de Rivera Garza, *O invencível verão de Liliana*, seria composto em torno de dois conceitos que a escritora analisara em seu livro *Los muertos indóciles*: necroescrituras e escrituras da desapropriação.

Jochimsen analisa a representação do feminicídio no romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e o faz por meio de aproximações com o contexto sócio-histórico e jurídico. Relatórios como o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2022 servem para que a pesquisadora saliente o que os demais ensaios do dossiê que se erigem a partir da ideia de representação já tinham salientado: a denúncia – como um dos efeitos literários esperados no que se refere às histórias de feminicídio – “vai além da ficção”.

Rastros, desnaturalização, desromantização, autorrepresentação, crítica das necroescrituras e das escrituras da desapropriação, e denúncia para “além da ficção” podem ser caminhos de acesso às reflexões das pesquisadoras, bem como uma síntese dos modos como a literatura latino-americana tem procurado “representar” o feminicídio.

Não por coincidência, no texto de chamada para este dossiê, afirmávamos que representar genocídios e feminicídios coloca em debate a máxima aristotélica de que “experimentamos prazer com a visão de imagens sumamente fieis de coisas que contemplaríamos penosamente, do que constituem exemplos as formas dos animais selvagens mais repugnantes e dos cadáveres”; no mesmo sentido, tem implicado a crítica da romantização do assassinato de corpos feminizados e corpos etnizados como sacrifício em nome da modernidade. Por romantizar, entendemos os gestos de naturalizar, mistificar e mitologizar as vítimas, os perpetradores, bem como os processos sócio-econômicos, culturais e históricos de que participaram.

A escritora norte-americana Toni Morrison analisa em *A origem dos outros* os modos de romantização das vítimas ou dos assassinos apontando neles as faces narrativas da força bruta colonial; além da romantização, a naturalização das violências contra formas de vida específicas, que aparece em narrativas não raro por meio de dicotomias, é outro ponto que os conceitos de feminicídio e genocídio ajudam a deslindar – são os casos das ideias de crime passional para narrar feminicídios; e das fugas e rebeliões espetaculares para narrar a experiência dos campos de concentração, conforme

apontado por Rita Laura Segato e Primo Levi, cada qual a seu modo. Todos os ensaios deste dossiê visam pensar modos de ler e escrever que nem romantizem nem naturalizem o assassinato físico e simbólico de partes específicas da humanidade.

O ensaio de Karina de Moraes denuncia as estratégias simbólicas do genocídio antinegro no Brasil. Moraes faz isso em diálogo com Antônio Paula Graça, que, em estudo sobre os protagonistas indígenas em romances brasileiros, apresenta um inventário de procedimentos estilísticos comuns nesse *corpus*: animalização do outro; conversão glamourizada do indígena aos valores católicos; diluição da individualidade em descrições genéricas; indiferenciação entre pessoa e *habitat*; estetização e embelezamento do horror (especialmente da morte violenta do outro); repulsa da cultura do outro; e censura a tratar o outro com complexidade humana assim como censura de trazer à linguagem a ideia de que o tema da narrativa do mal-encontro é o extermínio. O ensaio aproxima as hipóteses de Graça dos ensaios testemunhais de Abdias Nascimento, especialmente no que se refere à crítica a um imaginário antinegro assimilado por diversas produções literárias.

Assim como nas reflexões de Morrison e Graça, o ensaio de Moraes propõe uma desnaturalização crítica de estereótipos narrativos e estilísticos. Este dossiê se abre neste ponto também para as questões dos povos originários. No texto de chamada, referimos obras como as de Eliane Potiguara, que nomeiam explicitamente o massacre perpetrado pelos agentes da assim chamada civilização, dando ênfase ao modo como mulheres indígenas enfrentam esta situação. Formulações teóricas a respeito dos traços discursivos dessas contranarrativas indicam que elas procuram dar a ver o aumento das desigualdades, a concentração de riquezas, a destruição acelerada de condições de vida e as políticas de assassinato e de devastação como o contexto global de naturalização da violência contra as mulheres e do assassinato de povos.

O ensaio de Suene Honorato analisa o modo como Eliane Potiguara leu um *best-seller* dos anos 1990, *Mulheres que correm com os lobos*, de Clarissa Pinkola Estés. Ao fazer isso, Honorato demonstra que, ao passo que Pinkola Estés propõe a todas as mulheres uma reaproximação com o arquétipo da “Mulher Selvagem”, como forma de lidar com os problemas da vida moderna, Potiguara inscreve a mulher selvagem no amplo panorama das lutas contra a colonização. Ao nomear opressões sofridas pelas mulheres e povos indígenas nos últimos quinhentos anos, Potiguara também imagina modos de superar o processo social que precisa do feminicídio e do genocídio como fundamentos de sua existência.

Textos como os de Karina de Moraes e Suene Honorato articulam críticas ao Estado e ao mercado capitalista, e o fazem por meio de reflexões sobre o genocídio contra os povos originários articuladas por reflexões a respeito do genocídio antinegro. Neste ponto, o ensaio de Ana Lúcia Liberato Tettamanzy traz elementos importantes para a nossa reflexão. Ao mesmo tempo em que se pode falar da interseccionalidade das opressões – como faz o belo ensaio de Jochimsen, por exemplo –, haveria também a necessidade de pensarmos a interseccionalidade das buscas de formas de criação e pensamento em favor da vida. Tettamanzy narra, no caminho destas buscas, as alianças afetivas do pensamento dela com Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, e deles entre si. A aproximação entre um pensador indígena e um pensador quilombola, por si só seria interessante. Tettamanzy além disso traz a este dossiê oportunidade de homenagearmos a trajetória de Nêgo Bispo, falecido durante o recebimento e preparação dos manuscritos, em 10 de dezembro de 2023, aos 63 anos.

Tettamanzy, na confluência com as ideias de Krenak e Nêgo Bispo, elabora uma visão crítica à sociedade que, pela violência, marca o “outro”. Janaína Tatim, ao investigar o pensamento de Davi Kopenawa, analisa diferentes formas de a sociedade da mercadoria fazer outros. Tatim demonstra como a sociedade da paixão pela mercadoria, ao fazer outros, faz sempre o mesmo, designado pelos Yanomami como *napë*, o branco. Fazer o outro como mesmo implica também na aniquilação do outro e, embora Kopenawa seja um pensador do “virar outro”, do “fazer outros”, ele se nega a se tornar *napë*. A construção de um mundo comum implicaria, para Kopenawa, a possibilidade de se desvincular do tipo de produção de alteridade que aniquila “outros” ao produzi-los, e de se recriar continuamente na produção de outros – incomuns.

Tanto o genocídio quanto o feminicídio, tais como pensados pelos ensaios presentes neste dossiê, realizam-se como processos sociais traumáticos. É justamente pela noção de trauma que passa o ensaio de Jocelaine Oliveira Dos Santos, apresentado em mais detalhe anteriormente. Dos Santos se refere a “inscrições traumáticas” – expressão instigante, já que o trauma tende a se referir ao que não é inscrito, não é simbolizável, não é narrável. De fato, boa parte dos ensaios que reunimos neste dossiê enfatizam as representações possíveis dos traumas, deslocando o impossível de narrar, o silêncio, a censura, para o campo do colonialismo a ser criticado.

Se definirmos trauma social – de acordo com as reflexões de Shoshana Felman em *O inconsciente jurídico* – como aquilo que é proibido ou vedado à visão, aquilo que, do ponto de vista dos poderes perpetradores dos crimes contra a humanidade,

não deveria ser possível narrar, e, do ponto de vista das vítimas, não deveria acontecer, podemos pensar também na maneira como os crimes são, eles mesmos, modos de aparecimento simbólico de contradições não resolvidas, sequer elaboradas, na sociedade, na cultura e, menos ainda, nas instâncias econômicas e políticas do mundo contemporâneo integrado à expansão do capitalismo, o que implica pensá-los não como exceções (crimes cometidos por monstros), mas também como a lógica própria e normal da expansão do capitalismo.

Isso remete a um dos problemas enfrentados pelas testemunhas da Shoah, entre as quais Charlotte Delbo, Jorge Semprun e Primo Levi: narrar um processo social que visou extinguir a possibilidade de ser relatado. Remete também a numerosas obras literárias contemporâneas, por exemplo, *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia, ou, no horizonte latino-americano, *Garotas mortas*, de Selva Almada, nas quais o aparecimento de um corpo feminizado assassinado é o ponto de partida para que os narradores, as personagens – e algumas vezes quem lê – passem a reconhecer o laço social de violência que articula determinados significantes a determinados afetos ou conteúdos antes invisíveis.

Os corpos de mulheres em que se inscrevem atos enunciativos violentos realizados por homens para homens apareceriam como significantes do indizível (como mostram as pesquisas de Françoise Vergès, Rita Laura Segato e Sarah Ahmed). Desta forma, pode-se pensar as complexas relações de relatos com os “desaparecidos” (*K. relato de uma busca*, de B. Kucinski; *O corpo interminável*, de Cláudia Lage; *Não falei*, de Beatriz Bracher; ou, sob outro aspecto, *A mulher dos pés descalços*, de Scholastique Mukasonga) ou com os corpos expostos, que aparecem como enunciados aparentemente isolados (*Garotas mortas*, de Selva Almada, e *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo).

O ensaio de Ana Letícia Fiori propõe uma análise do romance de Melo que se aprofunda nos capítulos em que a protagonista narra experiências com ayahuasca. De acordo com Fiori, o romance apresentaria, nestes momentos, “instanciações do contato cosmopolítico com universos ameríndios”, contato que apresentaria dupla face: de um lado a marca da experiência colonial; de outro, possibilidades de cura e contra-narrativas a respeito das opressões ligadas ao gênero. As formas de narrar que talvez todos os ensaios do dossiê buscam ou imaginam parecem se organizar em torno de uma constelação complexa: autorrepresentação, ancestralidades, rituais, sonhos, xamanismos.

Quando aparece nesta constelação, a ideia de autorrepresentação revela um substrato ao qual diversas autoras dos ensaios deste dossiê chamaram a atenção: o caráter

coletivo do trabalho de construção de narrativas sobre genocídios e feminicídios. Se há um trabalho coletivo, social, de produção de esquecimentos e estereótipos, há, nas margens, milenares perlaborações narrativas e rituais de cuidado com a vida. Neste sentido, ficamos com a impressão de que o conjunto dos ensaios aqui publicados vão revelando que, do ponto de vista da razão concentracionária da expansão do capitalismo, a mulher – no singular, tornada um “outro” sem singularidades – é racializada, do mesmo modo que as pessoas racializadas são infantilizadas e gendradas. Além disso, o outro é aquele que não deveria “representar”.

Neste ponto, os ensaios a seguir nos ajudam a pensar na criação e na rememoração de modos de narrar que produzem, na literatura e além da ficção, denúncias ao colonialismo patriarcal, à violência de gênero, e, ao mesmo tempo, os rituais, as confluências, os encontros, as encruzilhadas nos quais é possível cuidar das palavras e das vidas, ao invés de devastá-las, em si e nos outros. Podemos assim pensar que a reunião de textos que se apresenta neste dossiê propõe efetivamente novos protocolos de leitura para velhos temas, avançando de modo disruptivo o campo da crítica literária produzida no sul global.